



TUCUNDUVA / RS
CAPITAL DA LAVOURA MECANIZADA
TERRA DO MÚSICO

MUNICÍPIO DE TUCUNDUVA
Rio Grande do Sul

LEI Nº 956, DE 22 DE MAIO DE 2019

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 742, de 19 de maio de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, inciso XII da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara de Vereadores de Tucunduva aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Os Art. 4º, 13, 14, 25, 44 e 46 passam a vigorar com a seguinte redação:

“

Art. 4º É criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA como órgão deliberativo, controlador e de cooperação governamental, com a finalidade de auxiliar a Administração na orientação, deliberação e controle da matéria de sua competência.

Parágrafo único. O COMDICA ficará diretamente vinculado a Secretaria de Saúde e Assistência Social e funcionará em consonância com os Conselhos Estadual e Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, articulando-se com os demais órgãos municipais.

Art. 13. O COMDICA compor-se-á de 10 (dez) membros designados pelo Prefeito, sendo:

I – 05 (cinco) representantes do Município, a saber:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Administração e Recursos Humanos;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda;
- e) 01 (um) representante do Centro de Referência da Assistência Social;

II – 05 (cinco) membros, sem qualquer vinculação com o Poder Público Municipal, representantes das seguintes entidades:

- a) 01 (um) representante da Associação dos Professores Municipais;
- b) 01 (um) representante da Oramis – Obra Missionária Siloé;
- c) 02 (dois) representantes de Clubes de Serviços;
- d) 01 (um) representante dos Conselhos Comunitários.

Art. 14.....



TUCUNDUVA / RS
CAPITAL DA LAVOURA MECANIZADA
TERRA DO MÚSICO

MUNICÍPIO DE TUCUNDUVA
Rio Grande do Sul

I – conselhos de políticas públicas.

Art. 25. O FUMDICA será gerido pelo Secretário(a) Municipal de Saúde e Assistência Social, observadas as diretrizes emanadas pelo COMDICA.

Art. 44. Os Conselheiros Tutelares, receberão à título de remuneração mensal, o valor de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), de acordo com os termos da Lei Municipal nº 937, de 15 de janeiro de 2019.

Art. 46. Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora de seu Município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do conselho, nos moldes da Lei Municipal nº 193, de 09 de abril de 2007, que “Dispõe sobre o pagamento de Diárias e dá outras providências e suas alterações”.

Art. 2º A Lei, passa a vigorar acrescida nos seguintes artigos 14, 33, 35, 49:

Art. 14.

VI – cidadão que se encontre em exercício em cargo público eletivo ou candidato ao mesmo;

Art. 33.

XII - Compete ao Conselho Tutelar a elaboração e aprovação do seu Regimento.

- a) A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado, o envio de propostas de alteração.
- b) Uma vez aprovado, o Regimento Interno do Conselho Tutelar será publicado, afixado em local visível na sede do órgão e encaminhado ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

XIII – Encaminhar relatório trimestral ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

Art. 35.

§ 1º

I - Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

Art. 49.



TUCUNDUVA / RS
CAPITAL DA LAVOURA MECANIZADA
TERRA DO MÚSICO

MUNICÍPIO DE TUCUNDUVA
Rio Grande do Sul

XIII - executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.

§ 1º o Conselho Tutelar deverá manter prontuário de atendimento, cadastro e arquivo das famílias que possuam crianças e/ou adolescentes com histórico de situações de risco, promovendo o acompanhamento periódico de tais famílias.

§ 2º Para o acompanhamento a que se refere o § 1º, haverá distribuição equânime das famílias entre os conselheiros tutelares, a ser definida por ato interno.

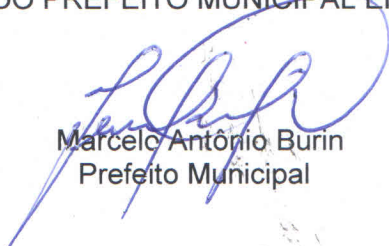
Art. 3º Revoga-se o Parágrafo Único do Art. 33 da Lei Municipal Nº 742, de 19 de maio de 2015.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor

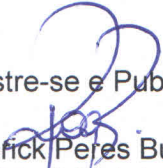
I – quanto ao disposto na nova redação dada aos arts. 33, 35 e 49 a partir de 10 de janeiro de 2020; e

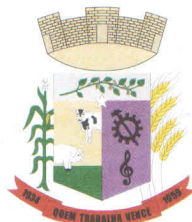
II – quanto aos demais dispositivos, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM 22 DE MAIO DE 2019


Marcelo Antônio Burin
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:


Roderick Petes Busanello
Secretário Municipal de Administração
e Recursos Humanos



TUCUNDUVA / RS
CAPITAL DA LAVOURA MECANIZADA
TERRA DO MÚSICO

MUNICÍPIO DE TUCUNDUVA
Rio Grande do Sul

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei que encaminhamos para apreciação, votação e aprovação, têm como objetivo adequar a Legislação Municipal, Lei nº 742, de 19 de maio de 2015, que “dispõe sobre a Política Municipal de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente, cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar”.

Após discussões, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – COMDICA, constatou a necessidade de revisão da referida Lei, tendo em vista que a mesma suscita conflitos de interpretação e necessita maiores esclarecimentos para a sua aplicabilidade. Objetiva-se, desta forma, melhorar a aplicabilidade da legislação, por meio de sua atualização e aprimoramento. E, busca-se ainda, enquadrar os Conselheiros Tutelares a serem eleitos em 2019.

As alterações aqui propostas foram formuladas pela Comissão Especial do COMDICA e submetidas ao Conselho para aprovação, ocorrido conforme a ata 03/2019 que segue em anexo. A referida proposta encontra-se em consonância com a Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente – CONANDA; bem como, com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e orientações emanadas do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA.


Marcelo Antônio Burin
Prefeito Municipal